



PLENÁRIO

12ª LEGISLATURA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA

1º Período Ordinário de Sessões

ATA DA 22ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 14 DE ABRIL DE 2026.

Presidência dos Srs. Vereadores Willian Coelho, Presidente em exercício; Tânia Bastos, 1ª Vice-Presidente em exercício; e Marcio Santos, a convite.

Às 14 horas, em ambiente híbrido, com a presença dos Srs. Vereadores Alana Passos, Chagas Bola, Deangeles Percy, Felipe Michel, Helena Vieira, Inaldo Silva, Jair da Mendes Gomes, Junior da Lucinha, Luiz Ramos Filho, Rafael Aloisio Freitas, Rodrigo Vizeu e Tânia Bastos 12 (doze), assume a Presidência a Sra. Vereadora Tânia Bastos, 1ª Vice-Presidente em exercício.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Havendo número legal, “Invocando a Deus pela grandeza da Pátria e a paz entre os Homens”, dou por aberta a Sessão.

Passemos ao Expediente Inicial.

Passa-se ao

Expediente Inicial

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – O primeiro orador inscrito é o Senhor Vereador Marcio Santos, que dispõe de 10 minutos.

Não estando presente, a Presidência passa a palavra para a Vereadora Alana Passos, que dispõe de 10 minutos.

A SRA. ALANA PASSOS – Boa tarde, Presidente Tânia Bastos. Boa tarde, vereadores e boa tarde a todos os que estão nos acompanhando aqui na Câmara.

Eu faço uso da palavra porque aconteceu uma situação na Praia de Ipanema que nos deixou muito indignados, nesse final de semana. Infelizmente, misteriosamente, eu não vi a mesma repercussão, nessa situação, daquela que acontece em outras situações e eu vou explicar a vocês o que aconteceu.

Os guardas municipais, a Ordem Pública, foram apreender o material de uma artesã que trabalhava informalmente, sim, mas estava ali trabalhando para levar o pão de cada dia para casa e, na hora de apreender o material, foram brutos com a mulher. Com uma mulher! Eu afirmo aqui mais uma vez, observando uma situação que teve puxões de cabelo.

E aqui eu deixo uma coisa bem clara para vocês. Eu sempre digo e repito: a tropa é espelho do guia. Não é de hoje que eu tenho dito que os guardas municipais têm passado dos limites na forma de atuação com os trabalhadores informais. Sabemos perfeitamente que precisam, sim, atuar nessa parte, que precisa ter a parte da regularização e tudo bem. Mas o que está acontecendo está insustentável.

A minha fala aqui é em relação ao trato com essa mulher. Vejo aqui muitas parlamentares dizendo-se defensoras de mulheres, mas acompanhando diversas redes sociais e vários vídeos, eu não vi essa defesa em relação a essa mulher artesã que teve ali seu cabelo puxado, quase arrancado pela Guarda Municipal.

Olhem, sinceramente, eu não estou aqui para levantar bandeira partidária, falar de A, B ou C, mesmo porque eu sou uma mulher que defende a mulher, independentemente de quem seja. Sabem por quê? Existe uma regra que escuto todo mundo dizendo: mexeu com uma, mexeu com todas. Mas o que eu vejo, sinceramente e principalmente nesta Casa, é que aqui a proteção é seletiva. E quem acompanha o meu trabalho sabe

que eu tenho batido nessa tecla: mulher é mulher, pronto e acabou! Elas precisam ser respeitadas, independentemente de quem sejam. Está errada? Precisa ser corrigida? Tudo bem. Mas tratem a mulher com respeito, independentemente de quem seja.

Aí, o que eu vejo é uma seletividade na hora do trato. Eu não vi ninguém aqui corrigindo os guardas municipais, a Ordem Pública, no trato com essa mulher. E já deixo de antemão que vou oficializar a Comissão de Segurança e Ordem Pública desta Casa. E já deixo a figura do presidente, o meu líder Dr. Rogério Amorim, que – eu tenho a certeza – vai tratar com presteza, com responsabilidade esse assunto para chamar, tanto a secretaria, como os agentes que fizeram essa situação a dar esclarecimento nesta Casa.

Não adianta o prefeito agora dizer que vai tomar as medidas cabíveis, porque, quando ele estava como vice-prefeito, ele via o que acontecia e não fazia nada. O que ele deixou foi bem claro. Sabe o quê? Eu vou dizer para vocês: a criatura acabou de deixar bem claro que o seu criador errava enquanto ele era prefeito. Vou repetir mais uma vez: a tropa é espelho do guia, e o ex-Prefeito Eduardo Paes permitia que essa conduta errônea acontecesse no Município do Rio de Janeiro.

Então, eu reafirmo para vocês mais uma vez: eu sou uma vereadora e não aceito esse trato com as mulheres. E já vou partir para outro assunto que também tem relação com mulher, com desrespeito com uma mulher. E não precisa ser de direita para que eu venha defender não. Porque, já que as mulheres desta Casa não defendem, eu defendo por elas. Vocês estão vendo aqui essa imagem. Esse aqui é o Prefeito Quaqué, é o prefeito do PT lá de Maricá. Sabe o que ele fez? Ele convidou o ex-Ministro dos Direitos Humanos, Silvío Almeida, para fazer parte do seu governo e assumir a condução, porque ele está criando um museu. E, pelas suas habilidades, pela sua inteligência, ele vai assumir a condução do museu assim que for inaugurado. Aí eu pergunto a vocês: ele é um líder do PT, e esse mesmo ex-ministro saiu do Governo Federal porque ele foi acusado de assédio sexual. Sabe por quem? Pela Ministra Anielle Franco. E olha que eu nem sou de esquerda, eu sou de direita. Só que eu sou mulher, e a minha defesa não é seletiva. Mulher é mulher. E olha que elas gostam de falar: mexeu com uma, mexeu com todas.

E aí eu pergunto a vocês: ninguém vai falar, não? Porque eu me recordo aqui que aquele ator Dado Dollabela, quando foi fazer a sua filiação no MDB para se candidatar... E olha que eu discordo. Achei um absurdo essa situação, porque ele responde judicialmente, pela Lei Maria da Penha, por agressão e violência doméstica, e eu discordo. Todo mundo caiu de pau, foi em cima, e não concordava. Aí eu pergunto a vocês mais uma vez: será que a defesa é seletiva? Depende de quem é a mulher ou de quem é o agressor? Defesa vereador, é defesa, não importa quem é a mulher, não importa quem é o agressor. “Pau que bate em Chico também bate em Francisco”.

Eu não preciso ser de direita ou de esquerda. Mulher tem que ser respeitada, não importa quando, não importa onde. E agora eu pergunto a vocês: não vão descer a lenha no Quaqué, não? Não vão pedir que o Quaqué respeite a Ministra Anielle Franco, não? Será que só vão pedir o respeito a quem vocês acham de direito? Mulher é mulher em qualquer lugar. Mulher é rainha, mulher é princesa; mulher merece ser cortejada; mulher precisa ser respeitada, não importa se é a, b, de direita, de esquerda, de centro. Mulher merece ser respeitada!

E aí, eu pergunto a vocês: cadê o discurso tão bonito “mexeu com uma, mexeu com todas”? Ou será que é só discurso eleitoral de palanque? Eu repito para vocês, mais uma vez, e para finalizar, Presidente: mulher é mulher em qualquer lugar. Agora, eu espero sinceramente que a esquerda comece a parar de ser seletiva e faça as suas defesas, independentemente de partido, de ideologia. Eu espero sinceramente que eu nunca venha a passar por qualquer situação dessas; mas se um dia eu vier a precisar, que tenham a mesma dignidade, talvez, de me defender. Porque, se um dia, qualquer uma precisar de mim, eu sempre estarei apta e disposta a defendê-las, porque mulher é mulher, independentemente de qualquer coisa.

Obrigada.





A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – O próximo orador inscrito é o Senhor Vereador Deangeles Percy, que dispõe de 10 minutos.

O SR. DEANGELES PERCY – Senhora Presidente, Vereadora Tânia Bastos; Vereadora Alana Passos, meu amigo e pré-candidato a senador, Marcos Dias, vereador, nosso colega.

Eu subo a esta Tribuna hoje, para falar algo muito importante, para defender um princípio básico que jamais deveria estar em debate: filho não pertence ao Estado, filho não pertence à escola, filho pertence à família. Está em discussão, no Brasil, um projeto que garante aos pais o direito de serem informados e autorizados previamente sobre conteúdos sensíveis, sobre gênero e sexualidade apresentado aos seus filhos nas escolas.

E eu pergunto: desde quando transparência virou censura? Desde quando pai e mãe perderam o direito de saber o que os seus filhos aprendem? Professor merece respeito, a escola é fundamental, mas não substitui o pai e a mãe. A Constituição é clara: educar é dever compartilhado entre Estado e família. O que esse debate busca não é atacar o professor, não é perseguir escola, não é hostilizar ninguém. É apenas reafirmar uma verdade simples: quem gera, quem cria, quem sustenta e quem ama, tem o direito de participar da formação moral dos seus filhos. Respeitar diferenças é obrigatório, mas impor concordância é autoritarismo. Família forte gera sociedade forte. Enquanto eu estiver aqui nesta Casa, defenderei a autoridade dos pais, a proteção da infância e o direito da família de participar da educação dos seus filhos.

Essa lei é muito importante porque a verdade é que, muitas vezes, quando o pai e a mãe perdem a sua autoridade de pai e de mãe e quando querem saber o que o filho está aprendendo no colégio, aí querem olhar isso como algo errado. Não! Está certíssimo! Você que é pai, você que é mãe, será que é errado querer saber o que está sendo ensinado aos seus filhos no colégio?

Segunda coisa, será que o colégio é para ensinar sobre sexualidade e algo como falar sobre coisas ideológicas ou gênero. Não, o colégio é para educar, e os pais cuidam dos seus filhos com autoridade e, se eles quiserem conversar sobre o assunto, que conversem com seus pais. Esse é meu posicionamento, queria saber qual é a sua opinião sobre isso.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Não havendo mais oradores inscritos, a Presidência franqueia a palavra.

Não havendo manifestação por parte dos senhores vereadores, a Sessão fica suspensa até as 15 horas.

Está suspensa a Sessão.

(Suspende-se a Sessão às 14h15 e reabre-se às 15 horas)

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Está reaberta a Sessão. Esgotado o tempo destinado ao Expediente Inicial, passemos ao Prolongamento do Expediente.

Passa-se ao

Prolongamento do Expediente

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – A Mesa dará ciência das proposições recebidas:

(LENDO)

REQUERIMENTO Nº 868/2026

REQUEIRO à Mesa Diretora, com fulcro no Regimento Interno, que seja constituída uma Comissão Especial, composta de três membros, com prazo de funcionamento até o término da presente Sessão Legislativa,

para acompanhar as políticas de enfrentamento às mudanças climáticas e os consequentes impactos socioambientais na Cidade do Rio de Janeiro.

Plenário Teotônio Villela, 12 de março de 2026.

Vereador WILLIAM SIRI

DE ACORDO DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

VEREADOR CHAGAS BOLA
Vice-Presidente

VEREADOR ZICO
Vogal

Com o apoio dos Senhores VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR JORGE CANELLA, VEREADOR LEONEL DE ESQUERDA, VEREADOR PAULO MESSINA, VEREADOR RAFAEL ALOISIO FREITAS, VEREADOR RICK AZEVEDO, VEREADOR SALVINO OLIVEIRA, VEREADOR WILLIAN COELHO, VEREADORA MAÍRA DO MST, VEREADORA MONICA BENICIO, VEREADORA TATIANA ROQUE, VEREADORA THAIS FERREIRA, VEREADORA VERA LINS, VEREADOR DEANGELES PERCY

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.
Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

REQUERIMENTO Nº 862/2026

Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão da Medalha de São Francisco de Assis - 3º Milênio à Senhora Tatiana Lobo Coelho de Sampaio.

Plenário Teotônio Villela, 7 de abril de 2026.

Vereador LUIZ RAMOS FILHO
PSD

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.
Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

REQUERIMENTO Nº 863/2026

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto à Igreja Batista Parque Sueli.

Plenário Teotônio Villela, 7 de abril de 2026.

Vereador Luiz Ramos Filho
PSD

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.



Aprovado.
Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

REQUERIMENTO Nº 864/2026

Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão da Medalha de São Francisco de Assis - 3º Milênio à Senhora Jeniffer de Oliveira Moraes Coelho.

Plenário Teotônio Villela, 7 de abril de 2026.

Vereador LUIZ RAMOS FILHO
PSD

(INTERROMPENDO A LEITURA)

REQUERIMENTO Nº 865/2026

Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão da Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga à Dra. Suely Beatriz Ferreira.

Plenário Teotônio Villela, 7 de abril de 2026

Vereador LUIZ RAMOS FILHO
PSD

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.
Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

REQUERIMENTO Nº 866/2026

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a Concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto à Fundação Konrad Adenauer.

Plenário Teotônio Villela, 7 de abril de 2026.

Flávio Valle
Vereador

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.
Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

REQUERIMENTO Nº 867/2026

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a Concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto ao Colégio La Salle Abel.

Plenário Teotônio Villela, 1º de abril de 2026.

Flávio Valle
Vereador

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.

(Comparecem ainda os Senhores Vereadores Átila Nunes, Cesar Maia, Dr. Gilberto, Dr. Rogerio Amorim, Fabio Silva, Felipe Boró, Felipe Pires, Fernando Armelau, Flávio Valle, Gigi Castilho, Jorge Canella, Joyce Trindade, Leniel Borel, Leonel de Esquerda, Máira do MST, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Marcos Dias, Monica Benicio, Paulo Messina, Poubel, Rafael Satiê, Renato Moura, Rosa Fernandes, Tainá de Paula, Talita Galhardo, Tatiana Roque, Thais Ferreira, Vera Lins, Vitor Hugo, Welington Dias, William Siri, Willian Coelho e Zico).

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Esgotada a matéria do Prolongamento do Expediente, passemos à Ordem do Dia.
Passa-se à

Ordem do Dia

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – A Presidência comunica aos senhores vereadores que está de posse do mapa do Quadro Demonstrativo da Execução Orçamentária da Despesa da Câmara Municipal referente ao mês de março de 2026, em cumprimento ao disposto no art. 30, inciso VII do Regimento Interno.

Encontra-se também à disposição dos senhores vereadores, para consulta, a redação final do seguinte projeto:

(LENDO)

PROJETO DE LEI 363-A/2025, DE AUTORIA DA SENHORA VEREADORA TÂNIA BASTOS, QUE “INCLUI O DIA MUNICIPAL DO PROJETO PEDAL DAS MULHERES NO CALENDÁRIO OFICIAL DA CIDADE, CONSOLIDADO PELA LEI Nº 5.146/2010”.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Caso não sofra emenda de redação, será considerada aprovada e irá autógrafo, nos termos do art. 251, § 1º do Regimento Interno.

O SR. MARCIO SANTOS – Pela ordem, Senhora Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Pela ordem, o nobre Vereador Marcio Santos, que dispõe de três minutos.

O SR. MARCIO SANTOS – Boa tarde, Presidente. Boa tarde, senhoras e senhores vereadores. Presidente, eu quero falar um pouquinho aqui, comentar sobre a agressão que a artesã Vitória recebeu na praia, no último fim de semana, quando vendia seus produtos e agentes da Seop, da Guarda Municipal, para tentar tirá-la dali daquele local, usou da força, da agressão para intimidá-la, para retirá-la daquele local.

Primeiro, parabênizo o Prefeito Eduardo Cavaliere pela humildade de vir a público reconhecer o erro desses guardas, pedir desculpas em nome do Governo por essa agressão sofrida por essa artesã. Então, é um ato de humildade que precisa ser reconhecido e parabenizado, mas, ao mesmo tempo, pedir ao nosso Secretário de Ordem Pública que possa aperfeiçoar o treinamento da nossa Guarda Municipal, dos agentes da Seop. Já teve outro momento aqui em que eu denunciei um ato que aconteceu ali no metrô da Barra, com um senhor de idade, que fizeram do mesmo ato de agressão a esse Senhor.

Não dá para a nossa Guarda Municipal, agentes da Seop, ficar o tempo todo perseguindo trabalhadores, ainda mais no momento em que a gente vive no país de desemprego, no momento em que a gente vive em nossa cidade, em que as pessoas precisam procurar caminhos para levar o pão para dentro de casa. Fica aqui o reconhecimento, de parabéns ao Prefeito Eduardo Cavaliere por reconhecer tal erro e pedir desculpas em nome do governo a essa artesã, pedir desculpas em nome do governo





para essas pessoas que são agredidas diariamente, que tem acontecido de forma ruim pela Guarda Municipal e pela Seop. A Seop e a Guarda Municipal não foram criadas para isso. Foram criadas para manter a ordem, e a ordem tem que ser com diálogo e não na base da porrada. Então, fica aqui o nosso reconhecimento, Presidente.

A SRA. ALANA PASSOS – Pela ordem, Senhora Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Pela ordem, a nobre Vereadora Alana Passos, que dispõe de três minutos.

A SRA. ALANA PASSOS – Boa tarde, Presidente. Boa tarde, vereadores. Eu faço uso aqui da palavra para um assunto muito importante. Quero dizer a vocês que eu estive hoje no Ministério Público Federal, fiz uma representação contra a atriz Luana Piovani. Todo mundo aqui viu perfeitamente a sua fala preconceituosa, uma total intolerância religiosa contra os evangélicos. Diga-se de passagem, eu sou evangélica. E, antes de mais nada, eu quero deixar bem claro que eu posso até dizer que eu a respeito, se ela, de alguma maneira, em algum momento da vida dela como pessoa, possa ter sofrido alguma coisa que possa tê-la deixado triste no caminho. Mas isso não acontece só na Igreja, não tem só a ver com a religião evangélica. Isso acontece em todos os lugares. Agora, o que não pode acontecer, em hipótese nenhuma, é ela deixar algo que a magoou profundamente – e isso está nítido, uma raiva, uma amargura. Porque isso também não tem a ver com uma religião, com uma denominação. Porque se ela não tratar algo dentro do interior dela, isso vai ficar explícito, porque todo mundo sabe que essa atriz inala ódio para todos os lados. O que não pode acontecer é essa total intolerância religiosa. Agora, vocês imaginem: se fosse um pastor falando e pronunciando o mesmo assunto e a mesma forma como ela se pronunciou contra os cristãos. O que não pode acontecer de maneira nenhuma é essa forma de generalização como ela fez.

Então, eu quero deixar aqui que foi feita a representação e que agora o Ministério Público Federal tome as providências, as medidas cabíveis, e eu, como Vereadora, não aceitarei que isso seja tratado como banalização, como uma forma normal. Nós não podemos aceitar essa generalização. Que isso aconteça, lógico que pode acontecer com um ou outro, mas não que seja tratado da maneira que foi.

Obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Passemos à primeira matéria da pauta:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO
REDAÇÃO DO VENCIDO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 73-A/2025 DE AUTORIA DOS VEREADORES PAULO MESSINA, MARCOS DIAS E LUCIANA NOVAES, QUE «DISPÕE SOBRE MECANISMOS DE EFETIVAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA ASSISTÊNCIA À PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS».

*Em anexo os PLs nº 294/2025 e 1040/2025

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.

Para discutir, o nobre Vereador Paulo Messina, que dispõe de 10 minutos.

O SR. PAULO MESSINA – Boa tarde, senhoras e senhores; boa tarde, Presidente.

Nós conseguimos fazer uma reunião extremamente proveitosa com a Secretaria Municipal de Saúde, na última sexta-feira, e conseguimos negociar uma série de emendas que despertavam dúvidas do Executivo, coisas relativamente simples, de adequação de texto. E nós temos um conjunto de emendas para fazer. Até para não tirar de pauta, eu queria contar com a assinatura das comissões. Acho que são quatro ou cinco emendas, e isso vai demandar certo tempo, porque são muitas comissões.

Por isso, eu queria pedir o adiamento da discussão da matéria por três sessões, Presidente. Vou pedir por três, porque ele, teoricamente, poderia ser votado na Extraordinária, e aí, sem ser na próxima terça, vem na outra terça – é isso, não é? Só um minutinho para o pessoal fazer as conta.

Então, são três sessões, para a gente poder dar tempo suficiente para terminar as emendas, colher as assinaturas, para apresentar na outra terça-feira. E aí, a gente vota em definitivo, sem ser no dia 21, no dia 28 de abril. Muito obrigado pela paciência de todos. E, depois, vamos à discussão final e ao voto.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – A Presidência submete ao Plenário o requerimento de adiamento da discussão da matéria por três sessões, de autoria do nobre Vereador Paulo Messina.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

A discussão do Projeto de Lei nº 73-A/2025 fica adiada por três sessões.

O SR. POUBEL – Pela ordem, Senhora Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Pela ordem, o nobre Vereador Poubel, que dispõe de três minutos.

O SR. POUBEL – Boa tarde, Presidente; boa tarde, nobres vereadores. Senhora Presidente, é inadmissível a forma com que são tratados os trabalhadores do nosso município. Nós vimos a artesã que estava lá na praia sendo tratada com muita violência, por pessoas despreparadas, despreparadas! E faço lembrar também aquele senhor que teve o seu carrinho e suas mercadorias apreendidas; que sofreu; que chorou e que pediu, pelo amor de Deus, para que não fosse levada a mercadoria e o carrinho dele. Porque dali sai o sustento da família dele.

Enfim, Presidente, isso tudo acontece por falta de preparo. Onde está o Prefeito desta Cidade, que não gosta de trabalhador; que nunca investiu num treinamento desse pessoal, que, de ordem pública, não tem nada, só tem desordem? Eles criam a desordem no município!

Então, fica aqui o meu alerta novamente para a população: este mesmo fanfarrão, ex-prefeito, daqui a pouco, ele vai querer ser governador e vai estar aí, pedindo o seu voto. Nós precisamos dar um basta nisso! Não será! Pode ter certeza disso!

Obrigado, Presidente.

A SRA. TALITA GALHARDO – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Pela ordem, a nobre Vereadora Talita Galhardo, que dispõe de três minutos.

A SRA. TALITA GALHARDO – Boa tarde, amigos, nobres vereadores; boa tarde, Senhora Presidente.

Ontem, foi um dia muito triste para mim e para a minha equipe. Eu perdi um dos meus mais maravilhosos assessores, Wagner Soares Cunha. Eu queria pedir aos meus colegas e a todos que estão no Plenário um minuto de silêncio.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Solicitado um minuto de silêncio pela nobre Vereadora Talita Galhardo.

(Faz-se um minuto de silêncio)



A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO
REDAÇÃO DO VENCIDO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI Nº 119-A/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR JORGE CANELLA, QUE “VEDA A PARCERIA, PARTICIPAÇÃO E O PATROCÍNIO EM QUALQUER FESTIVIDADE, CELEBRAÇÃO, COMPETIÇÃO DE QUALQUER MODALIDADE ESPORTIVA, EVENTOS CULTURAIS E ARTÍSTICOS DE QUALQUER GÊNERO, ENCONTROS, PALESTRAS E QUAISQUER OUTROS EVENTOS PROMOVIDOS, DIRETA OU INDIRETAMENTE, PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, POR PARTE DE EMPRESAS INADIMPLENTES OU DEVEDORAS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, NA FORMA QUE MENCIONA”.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

O SR. MARCIO RIBEIRO – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Pela ordem, o nobre Vereador Marcio Ribeiro, que dispõe de três minutos.

O SR. MARCIO RIBEIRO – Presidente, em acordo com o Vereador e com a assessoria dele, pedimos o adiamento da discussão da matéria por três sessões.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Solicitado o adiamento da discussão da matéria por três sessões.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.

A discussão do Projeto de Lei nº 119-A/2025 está adiada por três sessões.

Pela ordem, a nobre Vereadora Joyce Trindade, que dispõe de três minutos.

A SRA. JOYCE TRINDADE – Boa tarde, querida Presidenta, queridos vereadores e vereadoras!

Queria trazer aqui um tema que tem sido muito debatido na última semana, que foi a matéria que a jornalista Camila Araújo, do Jornal O Globo, nos trouxe. Atestou que, no Rio de Janeiro, temos por dia 16 mulheres estupradas. Ou seja, 16 estupradores que estão por dia soltos no nosso Estado do Rio de Janeiro.

Como vocês sabem, fui durante seis anos secretária de políticas para as mulheres e, ao longo dessa caminhada, o que mais realizei foram políticas de prevenção e proteção a essas mulheres vítimas de diferentes violências. Entretanto, o que quero trazer aqui de reflexão e, também, de maior atuação é que, quando olhamos a última gestão do antigo governador e outros também do Estado do Rio de Janeiro, observamos que há uma falha muito grave nas investigações, tanto dos casos de estupro, que é justamente essa matéria que tivemos acesso, mas também dos casos de feminicídio e outras violências contra a mulher.

Precisamos, sim, ter políticas de proteção, de acompanhamento e monitoramento às vítimas de violência. Entretanto, a investigação para trazer justiça a essas vítimas não depende da Prefeitura ou da Câmara de Vereadores, depende de uma atuação árdua e constante do Governo do estado junto a suas delegacias e outros órgãos de poder de segurança.

Quero muito que a gente observe esses dados e fique cada vez mais acentuado que existem por dia 16 estupradores soltos no Estado do Rio de Janeiro e que não temos uma investigação concreta realizada pela gestão anterior e, infelizmente, as gestões atuais do governo do estado.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Pela ordem, o nobre Vereador Leonel de Esquerda, que dispõe de três minutos.

O SR. LEONEL DE ESQUERDA - Dá licença, dá licença, vereadores e vereadoras.

Rapidamente aqui um assunto que envolve os andamentos dos trabalhos nesta Casa, a boa convivência, afinal de contas, se podemos trabalhar e tem todo o *staff* da Câmara dos Vereadores à nossa disposição, é por que nós temos servidores e servidoras aqui sempre à disposição, sempre muitos solícitos. E eu fiquei sabendo que os vigilantes da empresa terceirizada, daqui da Câmara dos Vereadores, estão com constantes atrasos de salários. O 13º, Vereadores e Vereadoras, dos Vigilantes aqui da Câmara Municipal, só foram pagos as duas parcelas em meados de dezembro, sendo que a primeira parcela era para ser pago em novembro. Assim, de ponto de partida, a gente sabe que a terceirização por si só já é uma mazela da nossa sociedade. Agora essas empresas terceirizadas aqui, a exemplo da empresa terceirizada que, já, outrora, já deu calote nos trabalhadores radialistas e jornalistas aqui da Câmara, e até hoje o nosso sindicato tenta reaver esse dinheiro desses trabalhadores, na Justiça, essas empresas, elas precisam ser acompanhadas de perto, cobradas. E aí eu peço aqui para a Mesa Diretora uma atenção a essa empresa terceirizada, a Conquista – Serviço de Terceirização de mão de obra, aqui da Câmara dos Vereadores, para que se chegue a uma solução urgente! Porque não pode os trabalhadores terceirizados dessa Casa ficarem com salários atrasados, não pode os trabalhadores terceirizados aqui da Rio TV Câmara, da Rádio Câmara, ficarem com seus salários e tomarem calote na hora das decisões de contrato de trabalho.

Peço essa atenção direta aí da Mesa Diretora e estou à disposição, no meu gabinete, para a gente dialogar e tentar soluções aqui o mais rápido possível para os trabalhadores terceirizados.

Não à precarização do serviço terceirizado da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro! Para cima deles, até que o último de nós vença!

(Assume a Presidência o Sr. Vereador Willian Coelho, Presidente em exercício)

O SR. PRESIDENTE (WILLIAN COELHO) – Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE:

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO
REDAÇÃO DO VENCIDO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 281-A/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR VITOR HUGO, QUE «DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE ACESSO À INFORMAÇÃO, PUBLICIDADE E MONITORAMENTO DAS COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS PROVENIENTES DE CORTES DE ÁRVORES NA CIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS».

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão o projeto.
Não havendo que queira discutir, encerrada a discussão.
Em votação.
Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
O Projeto de Lei nº 281-A/2025 está aprovado.
Dispensada a redação final, segue a autógrafo.
Passemos à matéria seguinte.

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
EM VOTAÇÃO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI Nº 439/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR RODRIGO VIZEU, QUE «INSTITUI O PROGRAMA DE BENEFÍCIO





À ADOÇÃO RESPONSÁVEL DE CÃES E GATOS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO».

PARECERES DA:
Comissão de Constituição Justiça e Redação Pela CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDAS DE Nº 1 E 2, Relator Ver. Átila Nunes;
Comissão de Administração Pública e Assuntos Ligados ao Servidor Público FAVORÁVEL, Relator Ver. Junior da Lucinha;
Comissão dos Direitos dos Animais FAVORÁVEL, Relator Ver. Luiz Ramos Filho (Verbal);
Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social FAVORÁVEL, Relator Ver. Leniel Borel (Verbal);
Comissão de Educação FAVORÁVEL, Relator Ver. Marcio Santos (Verbal);
Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira CONTRÁRIO, Relatora Ver. Rosa Fernandes.

*Em anexo o PL nº 1129/2025.

*Em votação o Bloco de Emendas de nº 1 e 2.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em votação o bloco de emendas nº1 e nº2.

(Os senhores vereadores registram os seus votos)

O SR. PRESIDENTE (WILLIAN COELHO) – Encerrada a votação.
(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Átila Nunes, Cesar Maia, Chagas Bola, Deangeles Percy, Dr. Gilberto, Dr. Rogério Amorim, Fabio Silva, Felipe Boró, Fernando Armelau, Flávio Valle, Gigi Castilho, Helena Vieira, Inaldo Silva, Jair da Mendes Gomes, Jorge Canella, Joyce Trindade, Junior da Lucinha, Leonel de Esquerda, Luiz Ramos Filho, Máira do MST, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Marcos Dias, Paulo Messina, Poubel, Rafael Aloisio Freitas, Rafael Satiê, Rodrigo Vizeu, Rosa Fernandes, Tainá de Paula, Tânia Bastos, Tatiana Roque, Thais Ferreira, Vera Lins, Vitor Hugo, Welington Dias, William Siri, Willian Coelho e Zico 40 (quarenta), não havendo voto contrário. Presentes e votando 40 (quarenta) senhores vereadores).

O SR. PRESIDENTE (WILLIAN COELHO) – Presentes e votando SIM 40 (quarenta) senhores vereadores.
O bloco de emendas está aprovado.
Em votação o projeto assim emendado.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (WILLIAN COELHO) – Encerrada a votação.
(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Alana Passos, Átila Nunes, Cesar Maia, Chagas Bola, Deangeles Percy, Dr. Gilberto, Dr. Rogério Amorim, Fabio Silva, Fernando Armelau, Gigi Castilho, Helena Vieira, Inaldo Silva, Jair da Mendes Gomes, Jorge Canella, Joyce Trindade, Junior da Lucinha, Leniel Borel, Luiz Ramos Filho, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Paulo Messina, Poubel, Rafael Satiê, Rodrigo Vizeu, Rosa Fernandes, Tainá de Paula, Talita Galhardo, Tânia Bastos, Tatiana Roque, Thais Ferreira, Vitor Hugo, Welington Dias, William Siri, Willian Coelho e Zico 36 (trinta e seis), não havendo voto contrário. Presentes e votando 36 (trinta e seis) senhores vereadores).

O SR. PRESIDENTE (WILLIAN COELHO) – Presentes e votando SIM 36 (trinta e seis) senhores vereadores.
O Projeto de Lei nº 439/2025, assim emendado, está aprovado e voltará em 2ª discussão, após a redação do vencido.
Pela ordem, a nobre Vereadora Tatiana Roque, que dispõe de três minutos.

A SRA. TATIANA ROQUE – Estou apresentando, hoje, uma Moção de Congratulação para o Instituto de Ciências Biomédicas da UFRJ, que está completando 57 anos. Uma instituição de excelência, com pesquisas de ponta, que colocam a UFRJ entre as melhores universidades do país. Com mais de 5.000 alunos de graduação, pós-graduação, que estão se formando para atuar na pesquisa acadêmica, mas também no SUS.
É uma instituição de excelência que eu gostaria de parabenizar nesses 57 anos e conclamar a Câmara dos Vereadores a aprovar essa Moção de Congratulação ao Instituto de Ciências Biomédicas da UFRJ.

O SR. PRESIDENTE (WILLIAN COELHO) – Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 48/2025 DE AUTORIA DOS VEREADORES PAULO MESSINA, LEONEL DE ESQUERDA, MONICA BENICIO, RAFAEL SATIÊ, MARCOS DIAS, RODRIGO VIZEU, HELENA VIEIRA, LENIEL BOREL, THAIS FERREIRA, MAÍRA DO MST, FLAVIO PATO, PEDRO DUARTE, FLAVIO VALLE, FELIPE BORÓ, LUIZ RAMOS FILHO E LUCIANA NOVAES, QUE «DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE USO DE CANABIDIOL - PMUC PARA FINS MEDICINAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS».

PARECERES DA:
Comissão de Constituição Justiça e Redação Pela CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA DE Nº 1, Relator Ver. Átila Nunes;
Comissão de Administração Pública e Assuntos Ligados ao Servidor Público FAVORÁVEL , Relator Ver. Junior da Lucinha;
Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social PENDENTE;
Comissão de Ciência Tecnologia Comunicação e Informática PENDENTE;
Comissão de Assistência Social PENDENTE;
Comissão de Defesa dos Direitos Humanos PENDENTE;
Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira CONTRÁRIO, Relatora Ver. Rosa Fernandes.

EMENDA Nº 2 DE AUTORIA DO VEREADOR PAULO MESSINA E DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO, DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS LIGADOS AO SERVIDOR PÚBLICO, DE HIGIENE SAÚDE PÚBLICA E BEM-ESTAR SOCIAL, DE CIÊNCIA TECNOLOGIA COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DE FINANÇAS ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA.

EMENDAS DE Nº 3, 4 E 5 DE AUTORIA DA VEREADORA MAÍRA DO MST E DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO, DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS LIGADOS AO SERVIDOR PÚBLICO, DE HIGIENE SAÚDE PÚBLICA E BEM-ESTAR SOCIAL, DE CIÊNCIA TECNOLOGIA COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DE FINANÇAS ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA.

*Incluído pelo Vereador Paulo Messina.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Para emitir parecer pela Comissão de Higiene, Saúde Pública e Bem-Estar Social, a Presidência convida o Vereador Dr. Rogerio Amorim.

O SR. DR. ROGERIO AMORIM – O parecer é favorável.



O SR. PRESIDENTE (WILLIAN COELHO) – O parecer da Comissão de Higiene, Saúde Pública e Bem-Estar Social é favorável.
Para emitir parecer pela Comissão de Ciência Tecnologia Comunicação e Informática, a Presidência convida a Vereadora Alana Passos.

A SRA. ALANA PASSOS – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (WILLIAN COELHO) – O parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática é favorável.
Para emitir parecer pela Comissão de Assistência Social, a Presidência convida o Vereador Fabio Silva.

O SR. FABIO SILVA – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (WILLIAN COELHO) – O parecer da Comissão de Assistência Social é favorável.
Para emitir parecer pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, a Presidência convida o Vereador Rafael Satiê.

O SR. RAFAEL SATIÊ – O parecer é favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (WILLIAN COELHO) – O parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos é favorável.
Em discussão.

O SR. PAULO MESSINA – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (WILLIAN COELHO) – Para discutir, o nobre Vereador Paulo Messina, que dispõe de 10 minutos.

O SR. PAULO MESSINA – Obrigado, Presidente.
Eu queria pedir atenção em especial aos nossos coautores Leonel de Esquerda, Monica Benicio, Rafael Satiê, Marcos Dias, Rodrigo Vizeu, Helena Vieira, Leniel Borel, Thais Ferreira, Maíra do MST, Flavio Pato, Pedro Duarte, Flavio Valle, Felipe Boró, Luiz Ramos Filho e Luciana Novaes. Nós tivemos uma reunião... a SMS tinha algumas resistências em relação a esse Projeto do Canabidiol. Nós conseguimos fazer uma reunião, o Daniel intermediou – já agradeço –, na sexta-feira passada, com o Secretário Rodrigo e a equipe, vários pontos de convergência e alguns poucos pontos de divergência.

O principal ponto de divergência é em relação a compra, de como a gente vai possibilitar a SMS a comprar. Hoje, se ela fosse fazer essa compra de canabidiol, quem ganharia? Os grandes laboratórios que venderiam, talvez, com uma qualidade não tão boa quanto os pequenos laboratórios, ONGs, pequenas ONGs que já produzem hoje. Você tem ONG no Alemão, ONG em Botafogo, ONG na Maré, enfim, que já atendem famílias de forma muito mais barata, porém em pequenas quantidades regionais. Para a quantidade que a SMS precisa, provavelmente, só grandes laboratórios e com qualidade inferior poderiam ganhar e competir.

Então como que a gente cria uma política, muito mais que um programa, como que a gente cria uma política que, de fato, vai sair do papel? Acredito que todos os coautores aqui junto com a gente sonhem em ver a primeira criança recebendo a primeira dose de canabidiol. Isso pode ser realidade, isso vai ser realidade. Como? Vamos encontrar essa forma. Eu tive a grata surpresa nessa reunião, sem demérito algum aos outros profissionais que ali estavam, de conhecer o Subsecretário Renato Cone, que é entusiasta dentro da SMS, já está pesquisando em grupos de estudos a questão do medicamento. É muito bem informado sobre isso e se predispôs, o secretário colocou, ele se predispôs, junto com a área de gestão, a tentar a quatro mãos, a gente fazer essas emendas para transformar de programa para... enfim, para que a gente possa fazer a compra desses medicamentos de forma descentralizada, com mais qualidade, mais barato e, sim, o projeto possa sair do papel. Não é só aprovar politicamente. A gente está aqui para tentar transformar a vida dessas famílias, e vai ser possível. Agradeço à Secretaria de Saúde na pessoa do secretário e, em especial, sem demérito ao restante da equipe presente, ao Subsecretário Renato Cony, que em breve a gente vai encontrar para fazer os projetos.

Por isso, peço, Presidente, o adiamento por seis sessões, para que a gente tenha tempo de fazer essa sequência de reuniões, as emendas em seguida, para a gente poder aprovar.

Queria, portanto, dar essa satisfação aos nossos coautores e avisar a todos os demais que estamos aqui fazendo história. Quem quiser coautoria está franqueada. Esse tem que ser um projeto muito mais do que só do Vereador Paulo Messina, e sim da Câmara Municipal como um todo.
Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (WILLIAN COELHO) – Solicitado o adiamento da discussão do projeto por seis sessões.
Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.
A discussão do Projeto de Lei nº 48/2025 está adiado por seis sessões.
Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 295/2025, DE AUTORIA DO VEREADOR FABIO SILVA, QUE “CRIA O CADASTRO MUNICIPAL DE CRIANÇAS ATÍPICAS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E ESTABELECE DIRETRIZES PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO”.

PARECERES DA:
Comissão de Constituição, Justiça e Redação Pela CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA DE Nº 1, Relator Ver. Átila Nunes;
Comissão de Administração Pública e Assuntos Ligados ao Servidor Público FAVORÁVEL, Relator Ver. Junior da Lucinha;
Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente PENDENTE;
Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência PENDENTE;
Comissão de Higiene, Saúde Pública e Bem-Estar Social PENDENTE;
Comissão de Educação PENDENTE;
Comissão de Assistência Social PENDENTE;
Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira FAVORÁVEL, Relatora Ver. Rosa Fernandes.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

O SR. MARCIO RIBEIRO – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (WILLIAN COELHO) – Pela ordem, o nobre Vereador Marcio Ribeiro, que dispõe de três minutos.

O SR. MARCIO RIBEIRO – Presidente, em acordo com o autor do projeto, a gente pede o adiamento da matéria por três sessões.

O SR. PRESIDENTE (WILLIAN COELHO) – Solicitado o adiamento da discussão da matéria por três sessões.
Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.
O Projeto de Lei nº 295/2025 está adiado por três sessões.
Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI Nº 370/2025, DE AUTORIA DO VEREADOR MARCELO DINIZ, QUE “DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIDADE URBANÍSTICA DOS SHOPPINGS CENTERS E GRANDES ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS EM MINIMIZAR O IMPACTO NA





VIZINHANÇA DECORRENTE DOS SERVIÇOS DE ENTREGA POR APLICATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PARECERES DA:

Comissão de Constituição Justiça e Redação Pela CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA DE Nº 1, Relator Ver. Átila Nunes;
Comissão de Administração Pública e Assuntos Ligados ao Servidor Público FAVORÁVEL , Relator Ver. Junior da Lucinha;
Comissão de Assuntos Urbanos CONTRÁRIO, Relator Ver. Pedro Duarte (Verbal);
Comissão de Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura FAVORÁVEL, Relator Ver. Jair da Mendes Gomes;
Comissão de Trabalho e Emprego FAVORÁVEL, Relator Ver. Rick Azevedo (Verbal);
Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social FAVORÁVEL, Relator Ver. Dr. Rogério Amorim (Verbal);
Comissão de Ciência Tecnologia Comunicação e Informática FAVORÁVEL, Relatora Ver. Alana Passos (Verbal);
Comissão de Educação FAVORÁVEL, Relator Ver. Marcio Santos (Verbal);
Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira FAVORÁVEL, Relatora Ver. Rosa Fernandes.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

O SR. CHAGAS BOLA – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (WILLIAN COELHO) – Pela ordem, o Vereador Chagas Bola, que dispõe de três minutos.

O SR. CHAGAS BOLA – Peço para adiar por duas sessões.
O SR. PRESIDENTE (WILLIAN COELHO) – Solicitado o adiamento da discussão da matéria por duas sessões.
Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.
A discussão do Projeto de Lei nº 370/2025 está adiada por duas sessões.

(Assume a Presidência o Sr. Vereador Marcio Santos, a convite)

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 478/2025, DE AUTORIA DO VEREADOR MARCOS DIAS, QUE “INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA AMIGA DO AUTISTA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PARECERES DA:

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Pela CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDAS DE Nº 1 A 3, Relator Ver. Átila Nunes;
Comissão de Administração Pública e Assuntos Ligados ao Servidor Público FAVORÁVEL , Relator Ver. Junior da Lucinha;
Comissão de Educação PENDENTE;
Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência PENDENTE;
Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática PENDENTE;
Comissão de Higiene, Saúde Pública e Bem-Estar Social PENDENTE;
Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira PENDENTE.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Para emitir o parecer pela Comissão de Educação, convido o Vereador Vereador William Siri.

O SR. WILLIAM SIRI – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – O parecer da Comissão de Educação é favorável.
Para emitir o parecer pela Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, convido a Vereadora Tainá de Paula.

A SRA. TAINÁ DE PAULA – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – O parecer da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência é favorável.
Para emitir o parecer pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, convido a Vereadora Alana Passos.

A SRA. ALANA PASSOS – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – O parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática é favorável.
Para emitir o parecer pela Higiene, Saúde Pública e Bem-Estar Social, convido o Vereador Dr. Rogerio Amorim.

O SR. DR. ROGERIO AMORIM – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – O parecer da Comissão de Higiene, Saúde Pública e Bem-Estar Social é favorável.
Para emitir parecer pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, a Presidência convida o nobre Vereador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS – O parecer é favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – O parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira é favorável.
Em discussão.
Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.
Em votação.
A Presidência submete ao Plenário a proposta de votação em bloco das Emendas de nºs 1 a 3.
Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovada.
Em votação o bloco de emendas.
Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.
Em votação o projeto assim emendado.
Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
O Projeto de Lei nº 478/2025, assim emendado, está aprovado e voltará em 2ª discussão, após a redação do vencido.
Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 556/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR FLAVIO PATO, QUE “DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE SUPRESSÃO OU PODA DE ÁRVORES EM RISCO DE QUEDA, CONFORME LAUDO OU NOTIFICAÇÃO DA DEFESA CIVIL, EM IMÓVEIS PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PARECERES: Comissão de Constituição Justiça e Redação Pela CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA DE Nº 1, Relator Ver. Átila Nunes;



Comissão de Administração Pública e Assuntos Ligados ao Servidor Público FAVORÁVEL, Relator Ver. Junior da Lucinha;
Comissão de Proteção e Defesa Civil PENDENTE;
Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social PENDENTE;
Comissão de Meio Ambiente FAVORÁVEL, Relator Ver. Diego Faro;
Comissão de Assuntos Urbanos PENDENTE;
Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira PENDENTE.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Para emitir parecer pela Comissão de Proteção e Defesa Civil, a Presidência convida a nobre Vereadora Talita Galhardo.

A SRA. TALITA GALHARDO – O parecer é favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – O parecer da Comissão de Proteção e Defesa Civil é favorável.

Para emitir parecer pela Comissão de Higiene, Saúde Pública e Bem-Estar Social, a Presidência convida o nobre Vereador Dr. Rogerio Amorim.

O SR. DR. ROGERIO AMORIM – O parecer é favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – O parecer da Comissão de Higiene, Saúde Pública e Bem-Estar Social é favorável.

Para emitir parecer pela Comissão de Assuntos Urbanos, a Presidência convida o nobre Vereador Átila Nunes.

O SR. ÁTILA NUNES – O parecer é favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – O parecer da Comissão de Assuntos Urbanos é favorável.

Para emitir parecer pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, a Presidência convida o nobre Vereador Welington Dias.

O SR. WELINGTON DIAS – O parecer é favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – O parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira é favorável.

Em discussão.
Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.
Em votação a Emenda nº 1.
Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovada.
Em votação o projeto assim emendado.
Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
O Projeto de Lei nº 556/2025, assim emendado, está aprovado e voltará em 2ª discussão, após a redação do vencido.
Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 592/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR WILLIAN COELHO, QUE “INCLUI O ENCONTRO ANUAL SEPEVOLKS NO CALENDÁRIO OFICIAL DA CIDADE CONSOLIDADO PELA LEI Nº 5.146/2010”.

PARECER CONJUNTO DAS Comissões de Justiça e Redação; de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público; de Cultura e de

Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura Pela CONSTITUCIONALIDADE E NO MÉRITO FAVORÁVEL. Relator pela Comissão de Justiça e Redação: Átila Nunes. Relator pelo Mérito: Júnior da Lucinha.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.
Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.
Em votação.
Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
O Projeto de Lei nº 592/2025 está aprovado e voltará em 2ª discussão.
Para comunicação de liderança, o nobre Vereador Dr. Rogerio Amorim, líder do PL, que dispõe de cinco minutos.

O SR. DR. ROGERIO AMORIM – Senhor Presidente, vou falar muito brevemente, aproveitando o gancho das falas de Vossa Excelência, no discurso inicial nesta Sessão, bem como da minha correligionária Alana Passos, no Expediente Inicial, que discursou antes da abertura da Sessão sobre o ocorrido.

É muito simplório, Presidente, nós chegamos aqui e parabenizarmos o Prefeito Eduardo Cavaliere pelo pedido de desculpas. Na verdade, isso é algo recorrente na cidade; acontece todos os dias na cidade.

O desmanche da Guarda é rotineiro e, mais uma vez, Vereadora Alana, o que a Prefeitura tenta fazer é a política de: “a culpa é minha e eu coloco em quem eu quiser”. É de se esquivar do problema e empurrar o problema nas costas do mais fraco. A corda arrebenta sempre para o mais fraco. Eu não tenho a menor dúvida de que aqueles agentes, Vereador Siri, estavam cumprindo ordens de alguém.

Primeiro, a Guarda foi destruída. Aquele Guarda Municipal que estava ali era do Programa Rio Mais Seguro, que não tinha que estar fazendo nenhum tipo de fiscalização de postura, que cabe à Coordenadoria de Controle Urbano (CCU), que também foi depauperada pelo Governo Eduardo Paes. Você não vê mais a CCU, o Controle Urbano, agindo no que é obrigação dela. Não é obrigação da Guarda Municipal fazer o controle de comércio ambulante na cidade, não é obrigação. E, agora, ele vendo, como é típico do Eduardo e dos seus afilhados... ele viu que não lacrou, que não foi legal, que não deu boa repercussão, voltou atrás e desfez. E não assume os erros propriamente ditos. Nós temos que ver de quem é a culpa disso, Presidente. Ele estava cumprindo ordem.

Então, eu sugiro aqui àqueles que se preocupam com o trabalhador, com o comércio ambulante, que nós temos que aprofundar essa investigação, e não culpar apenas a agente que estava ali na ponta, não, uma mulher. Fala-se muito em defender mulher. Agora, quando ela tomou a culpa sozinha e foi responsabilizada pelo ato e foi completamente absolvido o seu comandante, o seu superior, nós precisamos chamá-la aqui e perguntar a mando de quem ela cumpriu a ordem. Ordem de quem? Quem deu a ordem? Quem foi o comandante daquela operação? E não simplesmente fazer um videozinho, um *react*, como se gosta de falar aí nas redes sociais hoje em dia. Eu vou dar uma lacrada e fazer um *react*, e falar: “Ah, que coisa feia!”.

Ora, isso é o que nós vivemos a cada dia. Nós não vemos mais o controle urbano fazer a fiscalização das ruas. É só a Guarda Municipal, que está vilipendiada e, mais uma vez, toma a culpa de tudo. O erro daquela operação foi dos comandantes, é da Prefeitura. E eu digo por que da Prefeitura: porque colocou, nas costas da Guarda Municipal, uma obrigação que não é dela. E coloca uma obrigação que é dela na mão de temporários. Ele faz tudo ao contrário: ao invés de colocar a CCU estruturada na rua para fazer o controle urbano, a Guarda Municipal, com seus servidores públicos concursados, trabalhando, treinados, todos armados... Nós vimos o que aconteceu aqui: um guarda municipal foi espancado porque acharam que ele estava com arma e foram lá roubar a arma dele. Isso é o prenúncio de uma tragédia.

Portanto, eu faço uma convocação àqueles que dizem defender o trabalhador: que se juntem a nós e chamemos aqui essa mulher, servidora, que fez esse ato lamentável de agressão. Mas temos que descobrir a mando de quem que ela estava agindo. Quem deu a ordem? Quem fez aquela operação? Ela não estava andando na rua e resolveu: “Opa, deixe-me pu-





...o cabelo daquela mulher”. Não partiu dela. Nós temos que entender, de fato, de onde partiu essa ordem.
Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – Pela ordem, o nobre Vereador William Siri, que dispõe de três minutos.

O SR. WILIAM SIRI – Obrigado, Presidente. Boa tarde a todos e todas.

Quero falar também sobre este assunto da Vitória Aguiar, a camelô que estava, nesse domingo, vendendo suas coisas; e a Prefeitura, de uma forma truculenta, absurda... ninguém, nenhum servidor e nenhuma servidora tem o direito de puxar o cabelo de ninguém, ainda mais de uma trabalhadora, em pleno domingo.

Só que eu acho que é importante a gente lembrar aqui que já é o quarto mandato do Eduardo Paes, e agora com o Eduardo Cavaliere. Essa gestão, isso é uma política de Estado. Como foi muito bem pontuado aqui, não deveria a Guarda Municipal fazer esse trabalho, isso é papel do fiscal da Secretaria de Fazenda. Cabe à Guarda Municipal, da qual sempre fomos defensores aqui; mas, nesse caso, está errada e tem que ser punida, porque o camelô e a camelô são patrimônios desta cidade.

Mas nós sabemos, o Eduardo Cavaliere faz um vídeo colocando agora a pressão na individualidade de uma servidora. Não! Isso tem uma política e há décadas essa política vem reprimindo o camelô nesta cidade. Nós já mandamos um ofício para a Seop, porque nós queremos entender, até mesmo como Vice-Presidente da Comissão de Trabalho, esta cidade precisa respeitar trabalhador e trabalhadora, principalmente os camelôs.

Então, nós estaremos sempre aqui denunciando, ainda mais quando for com os camelôs desta cidade, e sempre denunciando, porque esta Prefeitura, essa política truculenta com os camelôs não podemos mais tolerar.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – Pela ordem, o nobre Vereador Paulo Messina, que dispõe de três minutos.

O SR. PAULO MESSINA – Obrigado, Presidente, caros colegas.

Vou fazer uma questão de ordem sobre a pauta, Presidente. O negócio é o seguinte, já falei isso aqui mais de uma vez: como pai, antes de parlamentar ou qualquer coisa, como pai de autista, eu fico muito feliz, de verdade, de ver tantos parlamentares, hoje em dia, preocupados com a causa e criando projetos sobre a causa autista. Eu acho que quanto mais tiverem, quanto mais colocarem, melhor. Tanto é que todos os projetos que eu puder franquear estarão franqueados para todo mundo.

Eu queria só compartilhar uma preocupação com os senhores vereadores e fazer uma proposta para isso. Em que pese a multiplicação dos projetos ser boa, porque a conscientização da causa está cada vez melhor, isso também começa a gerar uma confusão na cabeça dos usuários, das famílias, dos profissionais, porque há muitas leis, cada uma sobre um recorte, algumas inclusive têm um pouco de conflito, outras falam duas vezes a mesma coisa. E aí o usuário na hora de ver: “Qual a lei que vou me basear pelo meu direito?”. É tanta lei, tanta lei que está se multiplicando, que está gerando confusão.

Qual é a proposta que eu queria fazer a vossas excelências? O mesmo, por exemplo, que aconteceu com data comemorativa, a mesma coisa que aconteceu – ouviu, Átila? – com utilidade pública. Hoje é uma única lei de utilidade pública – ouviu, Dr. Gilberto? – da Comissão de Justiça também, é uma única lei, um estatuto. E aí toda vez que o vereador quiser fazer uma lei para algum recorte, altera-se aquele estatuto para incluir. Quando é utilidade pública, altera-se uma lei para incluir; quando é data comemorativa, altera-se uma lei para incluir.

Quanto à questão da autoria, não tem problema, todos os 51 vereadores da Câmara podem ser coautores desse estatuto. Não tem problema. O objetivo é técnico apenas, de concentrar, para que a gente tenha toda a legislação em relação à causa num único lugar, porque está se multiplicando demais, está tendo partes coincidentes e partes conflitantes, ruim para o usuário, ruim para a Casa, ruim para quem usa lá fora. Qual é o ideal

então? Qual é a proposta? Vamos criar um estatuto, vamos pegar todas essas leis, juntar no estatuto. Todos os vereadores podem ser coautores da lei, para não tirar coautoria de ninguém, mas que a gente tenha tudo num único lugar, de forma consolidada, de forma organizada, porque está realmente... Desculpa, perdão por não ter uma palavra melhor, está meio zoneado o negócio.

Agradeço, como pai, não como vereador, antes de tudo como pai, por todo mundo se interessar nisso, mas vamos criar um estatuto único, e aí todo mundo altera e todo mundo é coautor, está beleza, mas que a gente tenha tudo num único lugar, de forma organizada.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 608/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR DIEGO FARO, QUE «INCLUI O DIA MUNICIPAL DA ADOÇÃO ESPIRITUAL NO CALENDÁRIO OFICIAL DA CIDADE CONSOLIDADO PELA LEI Nº 5.146/2010».

PARECERES DA:

Comissão de Justiça e Redação Pela CONSTITUCIONALIDADE, Relator Ver. Átila Nunes;

Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público FAVORÁVEL, Relator Ver. Junior da Lucinha;

Comissão de Cultura PENDENTE;

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos FAVORÁVEL, Relator Ver. Marcos Dias.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Para emitir parecer pela Comissão de Cultura, a Presidência convida a Vereadora Monica Benicio.

A SRA. MONICA BENICIO – O parecer é contrário, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – O parecer da Comissão de Cultura é contrário.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os senhores vereadores que aprovam permanecem como estão.

O Projeto de Lei nº 608/2025 está aprovado e voltará em 2ª discussão.

Registrando o voto contrário dos Vereadores Leonel de Esquerda, William Siri, Monica Benicio e Máira do MST.

O SR. LENIEL BOREL – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – Pela ordem, o senhor Vereador Leniel Borel, que dispõe de três minutos.

O SR. LENIEL BOREL – Obrigado, Presidente.

Boa tarde. Queria agradecer pela oportunidade e Lembrar que hoje, dia 14 de abril, é o dia nacional de prevenção ao afogamento infantil. Parece algo muito distante, mas são quase 14 mil crianças, de 2010 a 2023, mortas no nosso país por causa do afogamento infantil. O afogamento é um dos maiores índices de mortalidade infantil no nosso país. Por isso, que um momento de distração, um momento de descuido, você pode perder a vida do seu filho.





Hoje, vereadores, temos isso aqui ó: celular. Estive nas praias do nosso Rio de Janeiro, queria convidar os demais vereadores para andarem comigo não só nas piscinas, mas nas praias. Vereador, quando você olha, todo mundo atento ao celular e a criança ali, há uma chance de ela se afogar e se perder. Quase 14 mil crianças mortas. Uma média de quase mil crianças. E isso nos faz refletir o que nós estamos fazendo aqui no Município do Rio de Janeiro. E eu fui olhar se a gente tinha alguma política de prevenção, uma política de enfrentamento aqui no Rio e não encontrei, Vereador Leonel de Esquerda.

Por isso, que eu queria chamar os demais vereadores não só para esse dia, lembrar o dia e uma campanha de prevenção, que eu queria parabenizar, que leva o nome da menina Susan Delgado e o pai, Alex Delgado, tem se transformado em um lutador e um defensor de políticas, de práticas, de projetos de prevenção ao afogamento infantil no Brasil inteiro.

Mas nós, do município do Rio de Janeiro, precisamos fazer alguma coisa. O índice é altíssimo, mais de quase mil crianças mortas, uma média, e estou falando de 0 a 14 anos, fora o número de afogamento do total. Por isso, essa reflexão é trazer a esta Casa, lembrar aos demais vereadores que nós podemos, sim, vereadores, trabalhar na prevenção. O nosso trabalho, como vereadores, é a prevenção.

Se eu for falar da pauta da violência, Presidente, só na última semana, morreram duas crianças aqui no Rio de Janeiro. Ali na Taquara, outra criança na Freguesia, que foi morta por padrasto. E o que nós estamos fazendo? Nós estamos apontando o dedo, falando de penalização, mas com relação à prevenção, pouco estamos fazendo.

Por isso, vereadores, queria chamar essa Câmara Legislativa, Presidente, que está se aproximando do Maio Laranja, que é o mês de prevenção ao combate à violência infantil. E eu queria convidar a todos, chamar a todos, essa Casa Legislativa, Vereador Messina, o senhor que é pai, pai atípico, a estar com a gente nessa luta de proteção da criança com políticas públicas aqui no município em prol dos nossos filhos. Obrigada.

O SR. LEONEL DE ESQUERDA – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – Pela ordem, o senhor Vereador Leonel de Esquerda, que dispõe de três minutos.

O SR. LEONEL DE ESQUERDA – Olha, gente, dá licença, dá licença, porque não tem como a gente ver a imagem de uma trabalhadora negra, diga-se de passagem, não é mera coincidência, apanhando covardemente da Secretaria de Ordem Pública. E aí, não tem jeito, é o poste mijando no cachorro. Essa é a lógica de ordem pública da Prefeitura.

Com todo o diálogo que eu busco ter, sobre essa crítica, eu não posso me calar e não fazer. Por quê? O nome da Secretaria é de Ordem Pública, que traz como dever da Prefeitura organizar o espaço público e não reprimir quem quer trabalhar. E não perseguir quem está tentando sobreviver. E é isso que, infelizmente, acontece.

Pega bem para a classe média dos apartamentos de Copacabana e de Ipanema, pega bem perseguir camelô preto, favelado, porque, afinal de contas, a classe média quer andar pelo calçadão de Copacabana livremente, tem dinheiro para consumir nos bares.

Mas aquela turma lá da ladeira dos Tabajaras, do Pavão, Pavãozinho, Cantagalo, Vidigal, que é cidadã igual todo mundo, sobrevive como? Eles sobrevivem sem roubar, colocando isopor em cima de uma bicicleta e indo vender a cerveja, indo vender um açaí, indo vender sua pipoca ou o seu artesanato.

Então, não tem o menor cabimento a justificativa do Secretário de Ordem Pública, do Subprefeito da Zona Sul, de que estamos combatendo o comércio ambulante ilegal. É óbvio que é ilegal, a Prefeitura não organiza, não dá licença.

Dá trabalho organizar, eu sei que dá trabalho. Tem que ser bom gestor público, tem que visitar *in loco*, tem que ter empatia, hombridade, humanismo para com quem quer trabalhar. Tem conflitos de interesse, sim, tem disputas, sim, mas qual seria o papel? Reprimir?

Vamos agora atuar só pela lógica de controlar as posturas, tudo é código de postura. E o código de postura da Prefeitura e da Ordem Pública fica aonde? É só o dever do cidadão que vale? O dever da Prefeitura

não vale? Porque, se o cidadão, para trabalhar, precisa ter uma licença, não tem o dever de a Prefeitura dar a licença para essa pessoa, para esse ambulante?

Infelizmente, o caso dessa artesã que estava vendendo não é um caso isolado. Semana retrasada, estava acontecendo a mesma coisa no mesmo lugar. E eu tenho ido para a rua denunciar, e o Secretário não quer mais me atender, não quer mais dialogar, porque eu já propus grupo de trabalho, eu já fiz audiência pública, eu já fiz tudo e mais um pouco.

Se não quer me escutar, então eu vou gritar até chegar no gabinete do Senhor Secretário Belchior. Está bom, Prefeito Eduardo Cavaliere, dá para escutar o Leonel aqui uma vez na vida? E vamos organizar o camelô nessa cidade, pelo amor de Deus. Para cima deles até que o último de nós vença.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 641/2025 DE AUTORIA DA VEREADORA HELENA VIEIRA, QUE «INSTITUI INCENTIVO FINANCEIRO-EDUCACIONAL - PEZINHO DE MEIA, NA MODALIDADE DE POUPANÇA, AOS ESTUDANTES DE BAIXA RENDA REGULARMENTE MATRICULADOS NOS SÉTIMO, OITAVO E NONO ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO».

PARECERES DA:

Comissão de Constituição Justiça e Redação Pela CONSTITUCIONALIDADE, Relator Ver. Átila Nunes;

Comissão de Administração Pública e Assuntos Ligados ao Servidor Público PENDENTE;

Comissão de Assistência Social FAVORÁVEL, Relator Ver. Felipe Pires;

Comissão de Educação PENDENTE;

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos PENDENTE;

Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social PENDENTE;

Comissão dos Direitos da Criança Adolescente e Juventude PENDENTE;

Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira CONTRÁRIO, Relatora Ver. Rosa Fernandes.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Pela ordem, o Senhor Vereador Marcio Ribeiro, que dispõe de três minutos.

O SR. MARCIO RIBEIRO – Gostaria de pedir o adiamento da discussão da matéria por três sessões, em acordo com o autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – Solicitado o adiamento da discussão da matéria por três sessões.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

A discussão do Projeto de Lei nº 641/2025 está adiada por três sessões.

Com a palavra pela ordem, o Senhor Vereador Rafael Satiê, que dispõe de três minutos.

O SR. RAFAEL SATIÊ – Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, eu acabei de acompanhar o discurso do nobre Vereador Leonel de Esquerda, que diz que a Guarda Municipal, quando fez aquela abordagem incorreta, evidentemente ficou claro que foi um serviço de abordagem incorreta àquela mulher, uma artesã. Ele disse que a mulher era negra.



Volta essa pauta da pretitude, em que se usa uma pauta extremamente sensível para capilarizar politicamente. O que Vossa Excelência está querendo dizer? Que a Guarda Municipal é racista? Explique para mim.

Você está querendo dizer que a Guarda Municipal, fundada em 1993, que é vilipendiada diariamente pelo Poder Executivo, independentemente das suas gestões, é racista? Eu acredito que é uma fala equivocada e que beira a irresponsabilidade, Senhor Vereador Leonel de Esquerda. Sugi-ro que Vossa Excelência se retrate com essa instituição e com essas pessoas que trabalham ali, que evidentemente não são racistas.

Há quem diga que foi misoginia, porque sempre acontece com uma mulher. Ora, bolas! A Guarda Municipal, essa servidora pública também é uma mulher. Eu imagino que uma mulher não trataria uma mulher daquela forma simplesmente por ser mulher. Então, vamos tirar esse discurso raso de pautas identitárias. Uma hora fala que é misoginia, outra hora fala que é racista. Inclusive, a própria servidora é uma mulher parda. Logo, não deveria efetivamente ser racista por também ser uma mulher da mesma cor, senhoras e senhores. A pauta de racismo é uma pauta extremamente séria, relevante, e não pode ficar sendo usada a qualquer modo.

Thomas Sowell, economista norte-americano, explicou muito a relação da esquerda quando usa as pautas identitárias para colocar qualquer coisa. Infelizmente, é lamentável quando isso acontece, Senhor Presidente. No mais, é importante também entender a postura da Prefeitura do Rio, na pessoa do Prefeito Eduardo Cavaliere, que abre um processo administrativo contra esses guardas, ou contra essa guarda, sem ao menos ouvi-los.

É evidente que essa artesã sofreu uma abordagem incorreta, não concordo com a maneira incorreta com que ela sofreu essa abordagem, é evidente que ela foi à Delegacia de Polícia Civil ali efetivar uma queixa. Foi ouvida? Essas mulheres foram ouvidas? A guarnição da Guarda Municipal que estava ali fazendo um serviço foi ouvida? E é óbvio que há dois problemas extremamente interessantes que precisam ser avaliados, e eu falo nesse último tempo que me resta. Se a guarda municipal tomou essa conduta e essa atitude errônea, e eu a condeno, eu imagino que uma guarda municipal não sai da sua casa com firme desejo de puxar o cabelo de alguém na rua. Um guarda municipal não sai da sua casa com desejo de sentar-lhe a mamona com cassetete nas costas, meu Deus do céu. Essas pessoas são pessoas de classe média baixa, salário defasado, com o emocional extremamente abalado, porque inúmeras vezes são humilhadas pelo Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro.

E eu termino a minha fala, Senhor Presidente, obrigado. Eu termino a minha fala dizendo isso. São duas vítimas nesse processo: a artesã e a Guarda Municipal, que diariamente é humilhada e vilipendiada pelo Poder Público, que agora abre um processo administrativo disciplinar para sumariamente exonerar ou julgar na Corregedoria uma pessoa que nem foi ouvida, nem o direito pleno à defesa essa guarda teve. Não sou a favor da conduta que a guarda teve, mas é importante que as duas partes sejam ouvidas. Essa guarda foi xingada pela artesã.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – Obrigado, Vereador.

O SR. RAFAEL SATIÊ – Óbvio, está errada a maneira como ela abordou, mas é inadmissível uma autoridade ser desrespeitada por uma artesã, ainda que esteja na sua prerrogativa que é trabalhar. Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – Para a comunicação de liderança, o nobre Vereador Marcio Ribeiro, por delegação da liderança do PSD, que dispõe de cinco minutos.

O SR. MARCIO RIBEIRO – Presidente, vou fazer um registro aqui, a gente está ouvindo muitas falas sobre o acontecido, até porque merece atenção e merece a discussão. Mas eu quero fazer um registro aqui que é a primeira vez que eu vejo a direita defender o agressor. Geralmente, você tem isso ao contrário. Para mim, o certo é o certo, e o errado é o errado, e vai continuar sendo assim.

A Guarda Municipal é uma companhia formada por pessoas sérias, por pessoas trabalhadoras, dedicadas, que fizeram um concurso público

para poder participar e fazer parte dessa força que hoje ajuda a Cidade, não só no ordenamento urbano, mas também trata a segurança municipal.

Hoje você tem uma divisão de elite dentro dessa Guarda Municipal, que trata da segurança pública. Mas essa pessoa errou, então, ela é a culpada. Ela foi uma agressora, ela tem que ser punida pelos atos que cometeu. Ao mesmo tempo, a gente não pode criminalizar a artesã, como a gente viu algumas pessoas dizendo: “Ah, mas ela não tinha licença”. Isso não dá motivo para ninguém agredir ninguém. Se ela não tem licença, se ela não está apta a trabalhar naquele local, a gente vai sentar para poder estudar uma possibilidade de ela estar em um lugar adequado para ela poder trabalhar.

Faz parte do nosso trabalho cuidar da necessidade das pessoas que vivem na Cidade do Rio de Janeiro. E se é uma pessoa trabalhando em algum lugar de forma indevida, a gente tem que tentar ao máximo fazer com que ela possa trabalhar em algum lugar de forma organizada e legalizada. E as nossas forças de ordenamento urbano não podem usar a força bruta, como foi o que aconteceu nesse episódio mencionado aqui pelos colegas vereadores que me antecederam em seus discursos.

Eu quero aqui parabenizar a atitude do Prefeito Eduardo Cavaliere, que, dando sequência ao Governo do Prefeito Eduardo Paes, mantém as mesmas características de não se isentar dos problemas, de não fugir das discussões. Ele foi lá, fez um vídeo, colocou ali as medidas necessárias para poder o caso ser avaliado e já entrou com uma medida para que possa ser avaliado exatamente o que aconteceu. E isso, é lógico, prevê o afastamento do agente público que se excedeu na sua função.

Então, aqui, eu quero parabenizar o Prefeito Eduardo Cavaliere por ter ido às redes sociais explicar o que aconteceu e quais medidas a Prefeitura pretende tomar, e, com isso, tranquilizar o cidadão carioca de que, dentro da Prefeitura do Rio, tem comando, ao contrário do que a gente vê no governo do estado.

A gente, hoje, em todo momento, é indagado ou perguntado quem é o governador do estado. Porque o último saiu, um dia antes de ser cassado, porque sabia que ia ser cassado; foi lá e saiu pela porta dos fundos, deixando o Estado sem nenhum representante.

Então, Presidente, queria, mais uma vez, aqui, registrar os parabéns ao Prefeito Eduardo Cavaliere pela postura de gestor, postura de quem realmente está ali à frente do comando da cidade; de quem entende o que tem que ser feito; que fez o afastamento do agente público e, agora, vai para a investigação, para saber, de fato, o que aconteceu e avaliar o que possivelmente pode acontecer pelo ato que ela cometeu.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 801/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR LEONEL DE ESQUERDA, QUE «DECLARA PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DO POVO CARIOCA OS TRABALHADORES DO COMÉRCIO AMBULANTE E DAS PRAIAS E ORLA CARIOCA».

PARECERES DA:
Comissão de Justiça e Redação Pela CONSTITUCIONALIDADE, Relator Ver. Átila Nunes;
Comissão de Administração Pública e Assuntos Ligados ao Servidor Público PENDENTE;
Comissão de Cultura PENDENTE;
Comissão de Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura FAVORÁVEL, Relator Ver. Renato Moura;
Comissão de Trabalho e Emprego FAVORÁVEL, Relator Ver. Rick Azevedo.



(INTERROMPENDO A LEITURA)

A Presidência convida o nobre Vereador Leniel Borel para emitir parecer pela Comissão de Administração Pública e Assuntos Ligados ao Servidor Público.

O SR. LENIEL BOREL – O parecer é favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – O parecer da Comissão de Administração Pública e Assuntos Ligados ao Servidor Público é favorável.

A Presidência convida a nobre Vereadora Monica Benicio para emitir parecer pela Comissão de Cultura.

A SRA. MONICA BENICIO – O parecer é favorável, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – O parecer da Comissão de Cultura é favorável.

Em discussão.
Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.
Em votação.
Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
O Projeto de Lei nº 801/2025 está aprovado e voltará em 2ª discussão.

O SR. LEONEL DE ESQUERDA – Para declaração de voto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – Para declaração de voto, o nobre Vereador Leonel de Esquerda, que dispõe de três minutos.

O SR. LEONEL DE ESQUERDA – Gente, neste dia emblemático, a gente consegue aprovar, pelo menos, o Título de Patrimônio Cultural Imaterial para os trabalhadores ambulantes das praias, das orlas do Rio de Janeiro. Isso é um recado desta Casa, sem qualquer objeção de direita e esquerda, a gente consegue um consenso aqui, que a gente precisa respeitar o trabalhador informal. Ninguém está na informalidade porque quer.

Aproveitando o tema, respondendo ao Vereador Rafael Satiê, que deu uma volta, foi à Lua e voltou – eu acho que ele não acredita que o homem pisou na Lua, porque ele é meio negacionista –, mas foi à Lua e voltou, para transformar a agressora em vítima.

A agressora da artesã, em Copacabana, ele a transformou em vítima. Aí, me perguntou: “Você acha que existe racismo envolvido?” Não sei. O que você acha, Vereador? Você acha que, se fosse uma mulher branca, da classe média, vendendo suas joias, será que ela seria agredida torpemente daquela forma, ainda que por outra mulher? O Vereador disse que uma pessoa parda, uma pessoa negra, não pode ser racista. Não pode? O senhor, vereador, é um exemplo crasso de que uma pessoa que é negra, ela pode perfeitamente, infelizmente, defender uma estrutura de sociedade atrasada e estruturalmente racista. É o que o senhor faz aqui, diariamente.

Agora, uma pessoa ou outra pessoa, ela é racista? Infelizmente, a gente vive numa sociedade intoxicada pelo racismo. Ela está em todos nós, assim como os preconceitos e a misoginia. Não preciso responder a sua pergunta, Vereador. Todo mundo sabe da resposta. Se fosse uma mulher branca, trajada de forma padrão, heteronormativa, seria agredida dessa forma? Todo mundo sabe a resposta.

Então, que bom que pelo menos esse projeto de lei foi aprovado. Que bom que houve pelo menos essa discussão. E, por favor, vereador, não vamos transformar agressor em vítima aqui.

A SRA. MAÍRA DO MST – Para declaração de voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) - Para declaração de voto, a nobre Vereadora Maíra do MST, que dispõe de três minutos.

A SRA. MAÍRA DO MST – Obrigada, Presidente. Boa tarde a todos e todas!

Quero, primeiramente, parabenizar meu companheiro de bancada, Vereador Leonel de Esquerda, e dizer que ele é sempre uma voz muito atuante na defesa dos trabalhadores informais, dos camelôs aqui da cidade do Rio de Janeiro. Acredito que esse projeto cai em um momento muito importante, no qual nós vimos mais um episódio de violência contra uma trabalhadora informal, contra uma trabalhadora que trabalha nas praias e que faz justamente as praias se tornarem esse patrimônio que são cultural, social e turístico também da nossa cidade.

A gente já teve aqui a oportunidade, desde que nós iniciamos a nossa legislatura, a nossa atuação aqui na Câmara Municipal, junto com o Vereador Leonel de Esquerda, a gente já teve algumas oportunidades de fazer audiências públicas, inclusive no ano passado, quando a gente teve as restrições aos trabalhadores camelôs nas praias e em todos os momentos nós pudemos perceber que esses trabalhadores fazem de fato a nossa cidade existir, que tornam essa riqueza que é o Rio de Janeiro e, por isso, precisam ser tratados com dignidade, com respeito, mas, principalmente, com valorização.

Acredito que esse projeto do Vereador Leonel de Esquerda traz essa valorização, caminha a uma valorização importante e, por isso, gostaria de solicitar, vereador, a coautoria do projeto e parabenizar mais uma vez pela iniciativa.

Obrigada, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) - Pela ordem, o nobre Vereador Rafael Satiê, que dispõe de três minutos.

O SR. RAFAEL SATIÊ – É importante quando a gente entra nesses assuntos, o vereador quando vai falar sobre essa pauta racial comigo ele pensa 15 vezes antes de falar. É bom pensar mesmo, Vereador, porque, primeiro que é impossível me cancelar, porque eu já nasci no Jacarezinho, eu já nasci cancelado. Então, fique tranquilo com essa tua tentativa por que Vossa Excelência vai falhar miseravelmente.

Sobre a questão da ambulante, a pessoa que trabalha na rua, eu já vendi picolé, descia na estação de Riachuelo, comprava o picolé na Colegial, meu gelo seco, botava dentro do isopor e ia vender na praia. Vendia no Posto 6, vendia no Leme, vendia em vários lugares. Também tive a história. Sendo que nunca desrespeitei as autoridades, nunca mandei a autoridade tomar naquele lugar, nunca mandei a autoridade se afastar de mim e nunca fui abordado por nenhuma autoridade, ainda que na condição de camelô. De onde Vossa Excelência veio, eu também vim. A nossa diferença, de nós para algumas pessoas, porque o senhor é uma pessoa educada e, talvez, por essa razão, o senhor nunca sofreu uma abordagem ruim da Guarda Municipal, diga-se de passagem, uma abordagem errada da guarda municipal. Mas eu imagino que Vossa Excelência, uma pessoa extremamente educada, nunca mandou uma autoridade tomar naquele lugar ou chamou aquela autoridade de filho da fruta ou coisa do tipo. Por essa razão, Vossa Excelência nunca sofreu esse dano.

Quando Vossa Excelência fala sobre, se fosse uma mulher branca, de classe média. Bom, isso mostra claramente a sua dificuldade de entender os pontos crassos da economia. Uma pessoa de classe média, Vossa Excelência talvez não saiba, mas uma pessoa de classe média não vai estar vendendo como camelô e como ambulante na praia porque quem está nessa condição é porque efetivamente não tem um emprego formal, não tem uma formalidade, não é celetista, não é? Eu acho que são coisas muito claras de serem entendidas, mas Vossa Excelência é educado, mas inteligente, talvez, eu tenha as minhas dúvidas.

Agora, é importante o senhor, mais uma vez, levar em consideração isso. Eu condeno aqui a ação da guarda municipal, eu condeno a abordagem da guarda municipal, mas eu não posso dizer que a guarda municipal abordou aquela artesã daquela maneira porque ele é uma mulher preta, porque ele é uma mulher pobre, não tem nada a ver uma coisa com a outra. Esse é o malabarismo que Vossa Excelência usa para gerar cisão da luta de classe, sim, marxista, eu conheço. Eu leio o que vocês não lêem, inclusive. Eu leio o que Vossa Excelência não lê. Talvez eu saiba mais do que o que Vossa Excelência acredita e julga defender aqui no plenário porque eu leio o que Vossa Excelência não lê. Eu leio, inclusive, os autores e as obras dos autores que Vossa Excelência jura defender, e que defende muito errado, diga-se de passagem.





Vossa Excelência, infelizmente, comete muitos equívocos quando faz essa comparação ridícula e irresponsável de trazer uma pauta racial para uma pauta que não é. A Guarda abordou errado, sim. Mas, a ambulante também foi errada, sim, em desrespeitar uma autoridade. Nesse caso, as duas estão erradas. E não somente a Guarda. As duas estão erradas.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – Para comunicação de liderança, por delegação da liderança do PSD, o nobre Vereador Marcio Ribeiro, que dispõe de cinco minutos.

O SR. MARCIO RIBEIRO – Presidente, eu venho aqui hoje fazer uma coisa que não é habitual, minha. Mas, a gente vem fazer uma denúncia aqui, e que, infelizmente, já vem acontecendo na Cidade do Rio de Janeiro.

A gente tem momentos que antecedem à eleição grupos de pessoas que se intitulam lideranças, principalmente, perto das áreas mais conflagradas da cidade, que começam, de certa forma, muitas das vezes, direta, outras indiretas, ameaçar parlamentares ou assessores de parlamentares, que vem fazendo o seu trabalho há cinco, seis, sete, oito anos.

Se você não tem aquela pessoa na sua folha de pagamento, não é seu funcionário, ele diz que aquela pessoa não pode trabalhar, não pode atender à população naquela região carente da Cidade. E diz que: “Eu te aconselho a não fazer, porque aqui não pode... Porque se você fizer...” E muitas das vezes, fica nessa ameaça, ou às vezes mais incisivo, comandando pessoas; ou de uma hora para outra, por coincidência, logo depois dessas falas, chega alguém sentado numa moto, fazendo uma fala mais dura, proibindo aquela pessoa de continuar fazendo o seu trabalho.

O recado que eu quero dar aqui é claro. Se algumas dessas lideranças falarem, pararem alguém da minha equipe, para proibir de trabalhar, de atender à pessoa que mais precisa, nas áreas mais pobres da cidade, eu vou denunciar, vou registrar ocorrência, vou à Delegacia dar parte por associação ao tráfico e por associação ao crime organizado. E se essa pessoa fizer parte de algum gabinete, de qualquer político que seja, eu vou denunciar o político ao Ministério Público por, também, associação ao tráfico.

Estou fazendo questão de fazer essa fala aqui no Plenário para que ela fique registrada; vou compartilhar nas minhas redes sociais para todo mundo que está vendo, que tem assessor contratado, cabo eleitoral contratado, aprendam que eleição política se ganha trabalhando, se ganha ajudando a vida das pessoas a melhores, a prosperar; não ameaçando ou proibindo outros parlamentares de trabalhar em determinado lugar, porque você fez algum tipo de acordo e agora cobra esse acordo de algum jeito. Se alguma liderança, que está assistindo esse vídeo que eu vou fazer, que eu vou postar na rede social, parar qualquer membro da minha equipe, ou simpatizante ao meu trabalho, dizendo que ele não pode atender à demanda de algum lugar, ou de alguma pessoa, porque está proibido; porque naquele lugar só pode entrar fulano, vou denunciar à Polícia, por associação ao tráfico. E se essa pessoa trabalhar para algum político, ou vier a trabalhar logo depois, uma ou duas semanas depois, por coincidência, vou denunciar o político também à Polícia, ao Ministério Público, por associação ao tráfico e ao crime organizado. Essa loucura não vai continuar acontecendo na Cidade do Rio de Janeiro. Essa Cidade precisa ter ordem. Esse Estado precisa ter ordem. E não é por que a gente não tem um governo que funcione, que a gente vai permitir que isso aconteça. A gente vai denunciar e vai levar todos os casos ao extremo que ele merece.

Vocês que estão assistindo esse vídeo, eu peço: divulguem esse vídeo, divulguem esse material, porque isso faz com que cada parlamentar que atua nessa cidade possa trabalhar em prol das pessoas que mais precisam. Vamos acabar com essa máfia, o que acontece quando vai chegando perto das eleições, onde as pessoas chegam para poder pagar a sua atuação em alguns lugares e proibir que parlamentares sérios possam fazer o seu trabalho.

Presidente, eu vou formalizar essa denúncia para que a gente possa ter liberdade de fazer o nosso trabalho sem medo de a gente estar em um lugar mais pobre da cidade, alguém da nossa equipe porque vai estar com medo da sua própria segurança.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – Gostaria de registrar a presença do Excelentíssimo Senhor Vereador do Município de Pedrinhas, Sergipe, Guilherme Soares, do PT. Bem-vindo, Vereador, a essa Casa.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 1032/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR DEANGELES PERCY, QUE “INCLUI NA LEI Nº 5.242/2011 O INSTITUTO INTERNACIONAL PARA BISPOS, PASTORES, MINISTROS EVANGÉLICOS E IGREJAS – INSTITUTO LIBERTAS COMO DE UTILIDADE PÚBLICA”.

PARECER DA: Comissão de Justiça e Redação Pela CONSTITUCIONALIDADE, Relator Ver. Inaldo Silva.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

O Projeto de Lei nº 1032/2025 está aprovado e voltará em 2ª discussão.

Pela ordem, a nobre Vereadora Alana Passos, que dispõe de três minutos.

A SRA. ALANA PASSOS – Boa tarde a todos.

Queria aproveitar aqui a deixa, já que está num momento de defesa em relação à mulher artesã, e eu queria chamar aqui – nem sei onde está o Vereador Leonel de Esquerda, a Vereadora Máira do MST, todos que são do PT. Queria falar aqui em relação ao Prefeito Quaqué. Eu já falei sobre isso, mas eu queria falar novamente.

Eu queria que ele se pronunciasse e fizesse uma defesa aqui em relação à Ministra Anielle Franco, que é até irmã da saudosa Marielle Franco.

O que está acontecendo? O Prefeito Quaqué, que é um líder do PT, está convidando para fazer parte do governo, para assumir a responsabilidade do museu lá em Maricá, assim que for construído, o Ex-Ministro dos Direitos Humanos, o Silvio Almeida, que saiu do Governo Federal acusado de assédio sexual.

E aí eu pergunto a vocês: se eles são tão defensores assim de mulheres, como eles fazem uso aqui sempre da palavra, eu queria chamá-los aqui para fazer a defesa da Ministra da Ministra Anielle Franco.

Porque já que eles estão neste debate aqui com o meu amigo Vereador Satiê – cadê o Vereador Leonel de Esquerda? Cadê a Vereadora Máira? Vamos lá, vamos falar em relação ao Prefeito Quaqué! Vamos repudiá-lo, já que ele está fazendo esse convite ao ex-ministro, porque contratar uma pessoa que está sendo acusada por assédio sexual é um absurdo.

Mulher tem que ser defendida de qualquer maneira. Ou afinal, vou repetir mais uma vez a esquerda é tão seletiva a esse ponto, que defende quem eles querem, quando eles querem – não é, Vereador? Afinal, o Prefeito Quaqué é do seu partido. É inadmissível que ele esteja fazendo esse convite.

Então, que ele realmente reveja e faça a defesa à Ministra. Porque é um discurso bem bonito que a esquerda faz. “Mexeu com uma, mexeu com todas”. Independente de partido e de ideologia. Ainda que seja do partido de Vossa Excelência.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE





EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 245/2025 DE AUTORIA DOS VEREADORES CESAR MAIA E FLÁVIO VALLE, QUE «DISPÕE SOBRE A MUNICIPALIZAÇÃO DA FLORESTA DA TIJUCA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS».

PARECERES DA:
Comissão de Justiça e Redação Pela CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDAS DE Nº 1 E 2, Relator Ver. ÁTILA NUNES;
Comissão de Administração Pública e Assuntos Ligados ao Servidor Público PENDENTE;
Comissão de Meio Ambiente FAVORÁVEL, Relator Ver. DIEGO FARO;
Comissão de Assuntos Urbanos PENDENTE;
Comissão de Cultura PENDENTE;
Comissão de Turismo FAVORÁVEL, Relator Ver. Jorge Canella;
Comissão de Educação PENDENTE;
Comissão de Esportes Lazer e Eventos PENDENTE;
Comissão de Ciência Tecnologia Comunicação e Informática PENDENTE;
Comissão de Defesa dos Direitos Humanos PENDENTE;
Comissão dos Direitos dos Animais PENDENTE;
Comissão de Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura FAVORÁVEL, Relator Ver. FÁBIO SILVA;
Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira FAVORÁVEL, Relatora VER. ROSA FERNANDES.

*Incluído pelo Vereador Cesar Maia.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

O SR. MARCIO RIBEIRO – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – Pela ordem, o nobre Vereador Marcio Ribeiro, que dispõe de três minutos.

O SR. MARCIO RIBEIRO – Em acordo com a assessoria do autor do projeto, a gente pede o adiamento da discussão da matéria por três sessões.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – Solicitado o adiamento da discussão da matéria por três sessões.
Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
A discussão do Projeto de Lei nº 245/2025 fica adiada por três sessões.
Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 838/2025 DE AUTORIA DA VEREADORA GIGI CASTILHO,QUE “INCLUI A SEMANA DO NORDESTINO DE MATO ALTO, GUARATIBA, NO CALENDÁRIO OFICIAL DA CIDA-DE CONSOLIDADO PELA LEI Nº 5.146/ 2010”.

PARECERES DA:
Comissão de Justiça e Redação Pela CONSTITUCIONALIDADE, Relator Ver. Átila Nunes;
Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público FAVORÁVEL, Relator Ver. Junior da Lucinha;
Comissão de Cultura PENDENTE.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Para emitir parecer pela Comissão de Cultura, a Presidência convida o Vereador Jair da Mendes Gomes.

O SR. JAIR DA MENDES GOMES – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (MARCIO SANTOS) – O parecer da Comissão de Cultura é favorável.
Em discussão.
Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.
Em votação.
Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
O Projeto de Lei nº 838/2025 está aprovado e voltará em 2ª discussão.
Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI Nº 1233/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, QUE «TOMBA, POR SEU INTERESSE HISTÓRICO E CULTURAL, OS VITRAIS DA IGREJA DE SANTA BÁRBARA».

PARECERES DA:
Comissão de Justiça e Redação Pela CONSTITUCIONALIDADE, Relator Ver. Átila Nunes;
Comissão de Administração Pública e Assuntos Ligados ao Servidor Público PENDENTE;
Comissão de Cultura PENDENTE.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Para emitir parecer pela Comissão de Administração Pública e Assuntos Ligados ao Servidor Público, a Presidência convida o Vereador Poubel.

O SR. POUBEL – O parecer é favorável, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MARCOS DIAS) – O parecer da Comissão de Administração Pública e Assuntos Ligados ao Servidor Público é favorável.
Para emitir parecer pela Comissão de Cultura, a Presidência convida o Vereador Leonel de Esquerda.

O SR. LEONEL DE ESQUERDA – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (MARCOS DIAS) – O parecer da Comissão de Cultura é favorável.
Em discussão.
Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.
Em votação.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (MARCOS DIAS) – Está encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Alana Passos, Cesar Maia, Leonel de Esquerda, Marcio Santos, Poubel e Welington Dias 6 (seis), não havendo voto contrário. Presentes e votando 6 (seis) senhores vereadores).

O SR. PRESIDENTE (MARCOS DIAS) – Presentes 6 (seis) senhores vereadores.



Não há quórum para deliberar sobre a matéria, que voltará em votação, tampouco para dar prosseguimento aos trabalhos, ficando assim prejudicado o Expediente Final.

A Presidência, antes de encerrar, comunica que, não tendo sofrido emenda de redação, fica considerada aprovada, nos termos regimentais, a redação final do Projeto de Lei nº 363-A/2025, que segue a autógrafa; e convoca Sessão Ordinária para amanhã, quarta-feira, dia 15 de abril, às 14 horas. A Ordem do Dia é a continuação da designada anteriormente.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h33)

EXPEDIENTE

Ofícios

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO
E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

DESPACHO:
Imprima-se.
Em 14/04/2026
WILLIAN COELHO – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

OFÍCIO GV CFOFF Nº 06/2026
Rio de Janeiro, 14 de abril de 2026.

Exmo. Sr.
Vereador CARLO CAIADO
DD. Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Senhor Presidente,

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira vem pelo presente solicitar seja publicado no Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro convite aos Senhores Vereadores desta Comissão para Reunião Extraordinária com os Secretários de Fazenda e de Ordem Pública e os Coordenadores de Licenciamento e Fiscalização e Controle Urbano, para discutir políticas para os Ambulantes no Município do Rio de Janeiro, que acontecerá na Sala das Comissões, às 14 horas, dia 30 de abril do corrente.

Renovamos protestos de distinta consideração.

Vereadora ROSA FERNANDES
Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento
e Fiscalização Financeira

GABINETE DO VEREADOR DR. ROGERIO AMORIM

DESPACHO:
Imprima-se.
Em 14/04/2026
WILLIAN COELHO – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

OFÍCIO GVRA Nº 27/2026
Rio de Janeiro, 14 de abril de 2026.

Exmo. Sr.
Vereador CARLO CAIADO
DD. Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Senhor Presidente,

Na qualidade de Líder do Partido Liberal (PL) nesta Casa Legislativa, venho, por meio deste ofício, indicar a Vereadora GIGI CASTILHO para compor a Comissão Especial instituída pela Resolução nº 1710/2026, “COM A FINALIDADE DE FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DAS LEIS (CUMPRA-SE) JÁ EXISTENTES NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, HAJA VISTA AS REITERADAS RECLAMAÇÕES PELOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL E CIDADÃOS CARIOCAS DO DESCUMPRIMENTO DAS LEIS.

Sem mais para o momento, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

Vereador DR. ROGERIO AMORIM

GABINETE DO VEREADOR DR. ROGERIO AMORIM

DESPACHO:
Imprima-se.
Em 14/04/2026
WILLIAN COELHO – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

OFÍCIO GVRA Nº 28/2026
Rio de Janeiro, 14 de abril de 2026.

Exmo. Sr.
Vereador CARLO CAIADO
DD. Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Senhor Presidente,

Na qualidade de Líder do Partido Liberal (PL) nesta Casa Legislativa, venho, por meio deste ofício, indicar o Vereador FERNANDO ARMELAU para compor a Comissão Especial instituída pela Resolução nº 1710/2026, “COM A FINALIDADE DE FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DAS LEIS (CUMPRA-SE) JÁ EXISTENTES NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, HAJA VISTA AS REITERADAS RECLAMAÇÕES PELOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL E CIDADÃOS CARIOCAS DO DESCUMPRIMENTO DAS LEIS.

Sem mais para o momento, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

Vereador DR. ROGERIO AMORIM

GABINETE DO VEREADOR FELIPE BORÓ

DESPACHO:
Imprima-se.
Em 14/04/2026
WILLIAN COELHO – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

OFÍCIO GVFB Nº 67/2026
Rio de Janeiro, 13 de abril de 2026.

Exmo. Sr.
Vereador CARLO CAIADO
DD. Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar que sejam adotadas as providências necessárias, na forma regimental, para publicar Edital de Convocação dos Senhores Vereadores FELIPE BORÓ, ROSA